



**PROJETO DE LEI Nº 053 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.**

“Autoriza o Município de Inhumas a doar ao Estado de Goiás o imóvel que especifica e dá outras providências.”.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE INHUMAS**, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONO** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Município de Inhumas autorizado a doar ao Estado de Goiás, CNPJ nº 01.409.508/0001-38 o imóvel matriculado sob o nº 37.813, registrado no 1º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis de Inhumas/GO, pertencente ao patrimônio municipal, localizado na Vila Santa Terezinha, com área total de 750,00 m², conforme descrito na matrícula.

**Art. 2º** - A presente doação tem como finalidade exclusiva permitir que o Estado de Goiás realize a reforma, adequação e construção das benfeitorias necessárias para implantação do projeto de melhoria da quadra esportiva existente no local.

**Art. 3º** - Após concluídas as obras de reforma e adequação, a quadra e suas instalações continuarão a ser utilizadas pela Escola Estadual Joaquim Pedro Vaz, para fins educacionais, esportivos e de desenvolvimento de atividades pedagógicas e comunitárias.

**Art. 4º** - A doação é realizada com encargo, devendo o Estado de Goiás:

**I** – iniciar as obras no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do termo de doação;

**II** – manter a destinação pública do imóvel exclusivamente para fins educacionais e esportivos vinculados à Escola Estadual Joaquim Pedro Vaz;

**III** – não alienar ou mudar a finalidade sem autorização expressa do Município de Inhumas.



GOVERNO DA CIDADE DE

# INHUMAS

CONSTRUINDO O FUTURO

ADM. 2025 À 2028

Protocolo às fls. nº 091 do livro nº 06

de protocolo de: Projetos de Lei

Em: 13/12/25

  
Secretária

**Art. 5º** - O descumprimento dos encargos previstos nesta Lei implicará reversão automática do imóvel ao patrimônio do Município de Inhumas, independentemente de indenização por benfeitorias.

**Art. 6º** - Fica o Estado de Goiás autorizado a praticar todos os atos administrativos e registrares necessários à efetivação da presente doação, incluindo lavratura de termos, registros cartorários e demais procedimentos legais.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INHUMAS, AOS 03 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2025.**

  
**JOSÉ ESSADO NETO**

Prefeito

  
**ITAMAR JÚNIOR FLÔRES DE PAULA**

Secretário de Gestão





  
Secretária

## JUSTIFICATIVA

### DD Presidente da Câmara de Vereadores de Inhumas

**Sr. Hugo Pessoni**

**Senhores Vereadores**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Município de Inhumas a doar ao Estado de Goiás o imóvel matriculado sob o nº 37.813, registrado no 1º Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis desta comarca, imóvel este pertencente ao patrimônio municipal e situado na Vila Santa Terezinha.

A doação se justifica pelo interesse público envolvido, uma vez que o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Educação, apresentou demanda para reformar, adequar e revitalizar a quadra existente no local, promovendo melhorias estruturais que possibilitarão sua plena utilização pelos estudantes e pela comunidade escolar.

A Escola Estadual Joaquim Pedro Vaz, instituição de grande relevância para a região, carece de espaço adequado para o desenvolvimento de atividades esportivas, pedagógicas e de convivência social. A revitalização da quadra proporcionará melhores condições de ensino, fortalecimento das práticas educacionais e incentivo à formação integral dos alunos, alinhando-se às políticas públicas de promoção da educação e do esporte.

Trata-se de medida que não gera ônus ao Município, já que todas as obras e adequações serão custeadas pelo Estado de Goiás, recaindo ao ente municipal apenas a transferência do imóvel, com cláusula de reversão em caso de descumprimento dos encargos. Dessa forma, assegura-se a correta destinação do patrimônio público e a garantia de retorno ao Município caso a finalidade não seja cumprida.

Além disso, a parceria entre Município e Estado reforça a cooperação federativa e viabiliza investimentos que, de forma isolada, seriam mais difíceis de serem concretizados, resultando em benefício direto à população estudantil e à comunidade local.

Diante do exposto, evidenciam-se a legalidade, a moralidade a oportunidade e a conveniência da presente proposição, motivo pelo qual se solicita aos Nobres



GOVERNO DA CIDADE DE

**INHUMAS**

CONSTRUINDO O FUTURO

ADM. 2025 À 2028

Protocolo às fls. nº 091 do livro nº 06

de protocolo de: Projeto de Lei

Em: 03/12/25

  
Secretária

Vereadores a aprovação do presente Projeto de Lei, contribuindo para o fortalecimento da educação pública em nosso município.

  
**JOSÉ ESSADO NETO**

Prefeito